

A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS FACE À TRANSIÇÃO: O PAPEL DA INTELIGÊNCIA COLETIVA NA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE TERRITORIAL¹

Maud Hirczak²

 <https://orcid.org/0000-0001-6584-6881>

Claude Janin³

 <https://orcid.org/0000-0002-3015-4284>

Dany Lapostolle⁴

 <https://orcid.org/0000-0002-5733-7742>

RESUMO

Em estreita ligação, por um lado, aos imperativos de transição ligados às mudanças globais e, por outro, aos jogos de atores que se recompõem nos territórios, a construção da qualidade territorial encontra-se hoje num ponto de viragem. A “Cesta de Bens” deve agora ser analisada à luz de dinâmicas relacionais complexas, em apoio à invenção e mobilização de várias formas de inteligência coletiva que revelam diferentes relações com os recursos. Partimos da hipótese de que a inteligência coletiva desempenha um papel fundamental nas trajetórias das Cestas de Bens, ao possibilitar compreender e orientar o processo de emergência e valorização dos recursos, não mais somente em uma lógica econômica, mas em uma lógica de especificação via solidariedades sociais e ecológicas. A análise qualitativa e comparativa de dois coletivos na França demonstra que a inteligência coletiva influencia a emergência e sustentabilidade da Cesta de Bens em três níveis: na construção de novas formas de qualidades territoriais e rendas associadas, na redefinição das relações com os seres vivos e na capacidade de agir nos territórios. A este respeito, as dinâmicas relacionais, cognitivas e territoriais são fortes alavancas para a necessária transformação dos sistemas alimentares no sentido da sustentabilidade.

Palavras-chave: Recurso Territorial. Qualidade. Cesta de Bens e Serviços. Inteligência Coletiva.

THE BASKET OF TERRITORIAL GOODS IN THE FACE OF TRANSITION: THE ROLE OF COLLECTIVE INTELLIGENCE IN BUILDING TERRITORIAL QUALITY

ABSTRACT

Related with, on the one hand, the imperatives of transition linked to global changes, and on the other hand, the games of stakeholders which are being recomposed in the territories, the construction of territorial quality is today at a turning point. The “basket of goods” must now be analyzed with regard to complex relational dynamics, in support of the invention and mobilization of various forms of collective intelligence that reveal different relationships to resources. We hypothesize that collective intelligence plays a key role in the trajectories of baskets of goods, by making it possible to understand and guide the process of emergence and valuation of resources, no longer in an economic way, but in a way of specification through social and ecological solidarities. The qualitative and comparative analysis of two groups in France shows that collective intelligence influences the emergence and sustainability of the basket of goods at three levels: in the construction of new forms of territorial

¹ Este artigo foi traduzido por Taynan Manosso Teixeira. E-mail: taynanmanosso@gmail.com.

² Maître de Conférences en Aménagement du Territoire, Aix-Marseille Université, CNRS LEST, France. E-mail: maud.hirczak@univ-amu.fr.

³ Chercheur associé de l'Université Grenoble-Alpes, France. E-mail: claud.janin@vernand.fr.

⁴ Maître de Conférences HDR en Aménagement du Territoire. Université de Bourgogne, ThéMA, France. E-mail: lapostolle@u-bourgogne.fr.

qualities and associated rents, in the redefinition of relationships with the living and in the ability to act in the territories. That is why, the relational, cognitive and territorial dynamics are strong levers for the necessary transformation of food systems towards sustainability.

Keywords: Territorial Resource. Quality. Basket of Goods and Services. Collective Intelligence.

LE PANIER DE BIENS ET SERVICES TERRITORIAUX À L'AUNE DE LA TRANSITION: LE RÔLE DE L'INTELLIGENCE COLLECTIVE DANS LA CONSTRUCTION DE LA QUALITÉ TERRITORIALE

RÉSUMÉ

En lien étroit avec, d'une part, les impératifs de transition liés aux changements globaux, et d'autre part, des jeux d'acteurs qui se recomposent dans les territoires, la construction de la qualité territoriale est aujourd'hui à un tournant. Le «panier de biens» doit désormais être analysé au regard de dynamiques relationnelles complexes, en appui à l'invention et la mobilisation de diverses formes d'intelligence collective qui révèlent des rapports aux ressources différents. Nous faisons l'hypothèse que l'intelligence collective joue un rôle clé dans les trajectoires de paniers de biens, en permettant de comprendre et d'orienter le processus d'émergence et de valorisation des ressources, non plus dans une logique économique, mais dans une logique de spécification par les solidarités sociales et écologiques. L'analyse qualitative et comparée de deux collectifs en France montre que l'intelligence collective influence l'émergence et la pérennisation du panier de biens à trois niveaux: dans la construction de nouvelles formes de qualités territoriales et des rentes associées, dans la redéfinition des rapports au vivant et dans la capacité à agir dans les territoires. En cela, les dynamiques relationnelles, cognitives et territoriales sont des leviers solides pour la transformation nécessaire des systèmes alimentaires vers la durabilité.

Mots-Clés: Ressource Territoriale. Qualité. Panier de Biens et de Services. Intelligence Collective.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as mudanças climáticas, a finitude dos recursos, a desconexão entre os locais de produção e consumo são elementos que condicionam os processos de desenvolvimento através da especificação de recursos nos territórios rurais. Neste contexto, em um mundo globalizado, a questão da qualidade alimentar e territorial não pode mais ser pensada unicamente como uma ferramenta de diferenciação econômica, mas deve ser apreendida em função de uma transformação imperativa dos modos de produção e dos modos de vida sob forte restrição ecológica. Paralelamente, em muitos países, a necessidade dessa ecologização dos modos de pensar é acompanhada de uma grande desconfiança dos cidadãos em relação à capacidade de reformulação das organizações e das instituições. Na França, a reestruturação da política pública local (aumento de restrições orçamentárias, fusão de coletividades, nova repartição de suas competências) leva a um sentimento, por vezes, de afastamento dos cidadãos dos centros de poder. Para repensar os modos de vida neste contexto, coletivos e redes de atores locais se multiplicam e tentam elaborar novas respostas às questões agrícolas e ambientais preocupantes, à manutenção das unidades agropecuárias nos territórios rurais, ou ainda às novas demandas dos consumidores (Amichi *et al.*, 2021).

Com todas essas mudanças em curso, e que ainda não demonstraram todos os seus efeitos, abriu-se um período de grande incerteza. Essa nova situação territorial convida então a reconsiderar a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, doravante denominada somente por Cesta de Bens neste artigo. Se estudos anteriores enfatizaram a importância das estratégias territoriais públicas e privadas conjuntas para construir no plano econômico e perenizar a Cesta de Bens e as rendas associadas (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001; Hirczak *et al.*, 2008), a construção da qualidade territorial encontra-se atualmente em um ponto de virada. Em estreita ligação com os jogos de atores, cada vez mais abertos a novas configurações (associações, sociedade civil, cooperativas...), a perenização dos recursos exige uma renovação da política pública (Colletis; Pecqueur, 2018) e uma consideração mais ampla dos coletivos e redes de atores presentes. Conforme destacam Leloup, Moyart e Pecqueur (2005), a governança territorial responde ao surgimento de novos atores e espaços de desenvolvimento, pois possibilita a adoção de formas inéditas de “consulta, participação e legitimidade” nos processos de decisões e de promoção do desenvolvimento territorial.

A partir de agora, a Cesta de Bens deve ser analisada no que diz respeito a dinâmicas relacionais complexas, em apoio à invenção e mobilização de várias formas de inteligência coletiva que demonstram diferentes relações com a governança territorial e os recursos. A inteligência coletiva é aqui entendida como “a capacidade de compreender, refletir, decidir e agir colaborando coletivamente em situações territoriais específicas para enfrentar as mudanças sociais e responder aos desafios territoriais atuais” (Janin; Landel, 2021, p. 170). Nossa hipótese é de que a inteligência coletiva tem um papel chave a desempenhar nas trajetórias de Cestas de Bens. De fato, enquanto os primeiros estudos sobre a Cesta de Bens enfatizavam a análise cruzada de oferta e demanda de produtos e serviços em uma perspectiva econômica, propomos enriquecê-los, concebendo a inteligência coletiva enquanto uma abordagem transversal, que permite compreender e orientar o processo de emergência de valorização dos recursos da Cesta numa lógica de especificação pelas solidariedades sociais e ecológicas.

Nossa reflexão faz parte de uma abordagem de pesquisa-ação participativa realizada na França em conjunto com dois coletivos: a *Association des Fromages Traditionnels des Alpes Savoyardes* (Associação de Queijos Tradicionais dos *Alpes Savoyardes* - AFTALP), em *Savoie*, e a associação *Vivre Bio en Roannais* (Viver Orgânico em *Roannais*) na *Loire*. Ambos buscam, por um lado, mudar o modo de desenvolvimento produtivista dominante por meio da construção de produtos alimentícios de qualidade e, por outro, colocar suas ações no centro das questões socioambientais. Em *Savoie* assim como em *Roannais*, a questão da inteligência coletiva permite compreender a própria natureza da qualidade de um território, tanto nas suas características e na sua definição, quanto na sua emergência e nos atores que atuam nesse processo. Em ambas as situações, a constituição de uma “Cesta de Bens de Inteligência Coletiva” representa uma oportunidade de tornar visíveis e legíveis,

por meio de uma “oferta conjunta” de produtos e serviços, o resultado material de uma abordagem de qualidade, mas também os valores e processos envolvidos na sua elaboração, os quais correspondem à qualidade almejada. O possível encontro entre Cesta de Bens e inteligência coletiva, portanto, nos parece pertinente para melhor abordar as questões agrícolas e alimentares no que diz respeito aos imperativos da sustentabilidade.

DO DESENVOLVIMENTO À TRANSIÇÃO: DESAFIOS RENOVADOS PARA A QUALIDADE E OS TERRITÓRIOS

Diante dos desafios de transição e das mudanças de ação nos territórios (evoluções dos processos e políticas de desenvolvimento local, novas formas e políticas de qualidade alimentar etc.), é essencial compreender o papel da inteligência coletiva para aprofundar as condições de construção da qualidade específica e para apreender melhor as trajetórias da Cesta de Bens.

Em direção a uma abordagem renovada da qualidade específica

O *quality turn* da década de 1990 (Goodman, 2003) foi marcado por uma abundante literatura internacional sobre a qualidade dos produtos agrícolas e alimentares, demonstrando tanto o seu papel na proteção dos recursos locais, quanto no desenvolvimento dos territórios rurais (Tregear *et al.*, 2007; Vandecandelaere *et al.*, 2020). Na França, diversos estudos analisaram as relações entre qualidade e território, das quais a Cesta de Bens é uma das configurações possíveis. Fundamentado em uma valorização conjunta de produtos e serviços (Angeon; Vollet, 2008; Hirczak *et al.*, 2008; Mollard, 2001; Pecqueur, 2001), esse enfoque mostra a importância das relações de proximidade (Rallet; Torre, 2004) e da forte ancoragem social e geográfica para valorizar as relações entre pessoas, territórios e produtos (Fournier; Muchnik, 2012). Além disso, de forma mais ampla, a Cesta de Bens é parte de um processo de construção e valorização de uma qualidade específica, em conexão com recursos ancorados em um ambiente, apropriados e construídos pelos atores, e cujo valor está ligado a características intrínsecas (Collettis; Pecqueur, 2005; Camagni; Maillat; Matteaccioli, 2004).

No contexto atual, três elementos nos parecem particularmente importantes de se destacar. Em primeiro lugar, os recursos fazem parte de um processo dinâmico de patrimonialização ao longo do tempo (Bérard *et al.*, 2006) e, portanto, não corresponde a um estoque estático. Com isso, torna-se necessário adotar uma abordagem em termos de trajetória, tendo em conta as múltiplas e descontínuas temporalidades do território e, desse modo, as dinâmicas de mudança e mobilidade entre passado, presente e futuro (François; Hirczak; Senil, 2013). Assim, a Cesta de Bens merece ser aprofundada no que se refere à sua trajetória ao longo do tempo, suas dinâmicas ao mesmo tempo relacionais, espaciais e temporais.

Além disso, os territórios são lugares de abundantes iniciativas, que emanam de inovações sociais (Klein, 2009) e de atores que têm relações renovadas em relação aos padrões da ação pública convencional. Essas iniciativas demonstram uma diversidade e uma complexificação das relações com os recursos, que questionam os mecanismos de construção, valorização, proteção e renovação dos mesmos. Esses “territórios criativos” remetem à “imaginação, trocas e debates de ideias, abertura e senso de inovação, que podem ou não animar os sociossistemas no âmbito das redes de proximidade” (Glon; Pecqueur, 2016, p. 11). Os sistemas e redes alimentares alternativos (Deverre; Lamine, 2010) ilustram essas novas dinâmicas, renovando as abordagens sobre a qualificação dos produtos. Eles questionam os mecanismos coletivos que atuam na construção da especificidade e qualidade alimentar nos territórios e oferecem alternativas diversificadas e dinâmicas que reforçam os vínculos entre produtores e consumidores, desde que haja coordenação entre os atores (Darolt *et al.*, 2016).

Por fim, o recurso territorial é indissociável da consideração do ambiente em que está inserido. As relações com os seres vivos e não vivos foram durante muito tempo implícitas ou intuitivas com os saberes, saber-fazer e valores não codificados (Bérard; Marchenay, 2007). Um dos desafios atuais consiste em melhor explicitá-los para que haja uma melhor compreensão lógica. Em ligação com o contexto de dependência desses recursos, já que resulta de uma construção social e de um processo de metamorfose, a finitude material dos recursos produtivos (Bourg; Whiteside, 2010) é um fato que torna mais do que nunca necessário ir além da única dimensão socioeconômica do recurso (Pecqueur; Vieira, 2015). No contexto do antropoceno e da inserção das políticas de desenvolvimento e de ordenamento territorial no paradigma das mudanças ambientais globais, a Cesta de Bens e, de forma mais ampla, o processo de especificação dos recursos alimentares enfrentam os desafios de restauração da biodiversidade, transição energética e limites planetários (Leach; Raworth; Rockström, 2013).

Especificar os recursos em um contexto ecológico em mudança: novas relações com os seres vivos

Nessa perspectiva, a construção da qualidade alimentar pressupõe não apenas combinar interações socioecológicas em escala territorial, ou mesmo numa perspectiva multiescalar, mas também, cada vez mais, direcionar os modos de produção e transformação dos produtos para a conservação e renovação dos recursos, ou seja, tornando seu uso o mais reversível e parcimonioso possível (Vivien; Lepar; Marty, 2013). Assim, para Banos *et al.* (2020, p. 4), a ecologização da exploração dos recursos:

questiona certas ambiguidades das estratégias de desenvolvimento fundadas na especificidade entre a lógica de oportunidade, que visa fazer os territórios existirem em um contexto competitivo, e a construção a longo prazo de espaços singulares que valorizam a gestão sustentável de um sistema sócio ecológico.

É necessário, portanto, reconsiderar a interdependência das questões sociais, ecológicas e econômicas diante dos imperativos de transição (Markard; Raven; Truffer, 2012; Grin *et al.*, 2010). Isso requer a adoção de uma visão sistêmica das questões integrando a consideração de seres vivos humanos e não humanos, o reconhecimento de diferentes ontologias (Escobar, 2018), a necessária articulação de diferentes escalas espaciais, temporais, institucionais, bem como a capacidade de vincular diferentes formas de conhecimentos (científicos, experienciais, saber-fazer...). Consequentemente, o processo de especificação dos recursos subjacentes à Cesta de Bens passa por mudanças de representações, conflitos de interesses, relações de poder que redefinem os jogos de atores e as dinâmicas relacionais nos territórios. Com referência à sociologia das controvérsias (Latour, 2005), qualificamos esse processo como “controvérsias de especificação”: especificar o recurso territorial no paradigma da mudança ambiental global é colocar a controvérsia na oposição entre *economização* da ecologia e *ecologização* da economia (Lapostolle; Challéat, 2021). Essas controvérsias de especificação condicionam o processo de inovação, fator chave para seu desenvolvimento e planejamento sustentável (Esparcia, 2014), mas igualmente as trajetórias da Cesta de Bens e dos territórios.

Criar as condições de reflexividade sobre o território: o papel da inteligência coletiva

Em outras palavras, é necessário criar as condições de reflexividade sobre a especificação dos recursos e, para tanto, uma abordagem de inteligência coletiva nos parece pertinente. A inteligência coletiva é, a nosso ver, inseparável da solidariedade ecológica, que reconhece “a estreita interdependência dos seres vivos, entre si e com os ambientes naturais ou transformados de dois espaços geográficas, contíguos ou não” (Mathevet; Thompson; Bonnin, 2012, p. 131). O desafio consiste em aumentar o poder de agir coletivamente por meio da construção de uma melhor compreensão comum do contexto. Nessa perspectiva, a inteligência coletiva não é uma simples junção de conhecimentos individuais, mas um aumento coletivo da capacidade de análise e compreensão, a partir das inteligências individuais correlacionadas para compreender e se adaptar coletivamente a novas situações. Assim, essa abordagem salienta o “trabalhar em conjunto” (Frej *et al.*, 2003) e a capacidade humana de cooperar a nível intelectual para inovar, criar e inventar o que é fundamental na sociedade atual cada vez mais dependente do saber (Lévy, 1994).

A inteligência coletiva assume, assim, o papel central de interligar conhecimento, decisão e ação coletiva. Ela tem um propósito de decisão e ação, que envolve um coletivo e a capacidade de grupo de fazer perguntas e buscar respostas em conjunto (Penalva; Montmain, 2004). No contexto da necessária transformação dos sistemas existentes, a questão das interdependências recíprocas é central. A inteligência coletiva estendida aos não-humanos consiste então em pensar e agir no âmbito de uma solidariedade ecológica de ação segundo “a ética do ‘viver juntos’ que nos convida a nos

comportar bem nas comunidades bióticas em que atuamos (e das quais fazemos parte), a decidir nossas ações de acordo com suas consequências para essas comunidades” (Mathevet; Thompson; Bonnin, 2012, p. 133).

Elucidar as solidariedades socioeconômicas, ecológicas e territoriais em um exercício de inteligência coletiva implica identificar e definir as interdependências diretas, mas sobretudo indiretas, no tempo e no espaço. Ou seja, trazer à tona o desafio de harmonizar fluxos e tempos econômicos com processos ecológicos de ritmos mais longos. A inteligência coletiva supõe criar as condições para o debate, a troca conjunta sobre os valores e propósitos em nome dos quais agir sob fortes restrições ecológicas ganha sentido comum. Como resultado, a inteligência coletiva tem um papel forte nos processos cognitivos, relacionais e organizacionais de especificação dos recursos (Janin *et al.*, 2015) e, diante dos imperativos tanto ambientais como socioeconômicos, permite que os atores fortaleçam suas capacidades de debater, decidir e agir em conjunto para atuar nos territórios.

UMA ABORDAGEM COMPARADA DE DOIS ESTUDOS DE CASO NA FRANÇA

Com o objetivo de sustentar nossa ideia de que mobilizar uma abordagem de inteligência coletiva é essencial hoje para construir e perenizar a qualidade territorial, optamos por uma abordagem qualitativa e comparada de dois estudos de caso franceses.

Tornar inteligível o processo de construção da Cesta: a inteligência coletiva em ação

Este trabalho foi realizado como parte do projeto PSDR 4 SAGACITE⁵ a partir de uma abordagem de pesquisa-ação participativa (Houllier; Merilhou-Goudar, 2016), na qual pesquisadores e atores sociais coconstruíram o projeto e foram considerados iguais no que se refere às funções a serem executadas, cada um produzindo conhecimento científico e conhecimento operacional com o objetivo de atuar nos territórios. Teve como interesse os papéis e processos de inteligência coletiva na elaboração e implementação de abordagens de mudança e/ou de inovação por atores de diferentes territórios em torno da questão da qualidade e alimentação. A abordagem de inteligência coletiva tornou possível mobilizar e hibridar os conhecimentos e os saberes (sejam eles experienciais ou conceituais) dos membros do coletivo sustentado por uma grande variedade de atores envolvidos, sejam pesquisadores ou atores. Ela implicava também compreender coletivamente os sistemas de qualidade em funcionamento (jogos de atores, fluxos alimentares, funcionamento dos sistemas de atividades etc.) e o seu lugar nas trajetórias territoriais. Para isso, fizemos uma revisão de literatura e a análise de documentos (jornais, documentos internos...), observação e uma série de entrevistas

⁵ Este projeto fez parte do programa *Pour et Sud le Développement Régional* (PSDR 4), realizado entre 2015 e 2019, na região francesa de *Auvergne-Rhône-Alpes*. <https://www.psd-r-4.fr/Les-projets-PSDR-4/Innovations-territoriales-et-Attractivite/SAGACITE>

semiestruturadas com atores-chave representativos (cerca de quinze para cada coletivo junto a agricultores, moradores, atores institucionais etc.).

Além disso, diretamente ligado à abordagem da inteligência coletiva, foram organizados *ateliers* colaborativos, durante os quais os recursos metodológicos da “*frise chrono-systémique*” (Bergeret *et al.*, 2015), a cartografia de atores e a análise do metabolismo territorial (Buclet, 2021) foram mobilizados⁶. Essas ferramentas permitiram aos coletivos tanto situar os seus conhecimentos (por exemplo, sobre as evoluções da agricultura e da alimentação no território ao longo do tempo), quanto coconstruir a compreensão dos sistemas de qualidade em vigor, para agir melhor na sua construção e perenidade. A inteligência coletiva revelou as divergências de interpretação, os conflitos de interesse e de representação, as ambiguidades ou ainda as tendências comuns e/ou contraditórias no que diz respeito à qualidade territorial. Diante disso, para buscar coerência e sentido, a inteligência coletiva permitiu que as diferentes partes envolvidas problematisassem a situação e usufríssem de um conhecimento compartilhado do contexto de construção da qualidade alimentar para poder influenciar, ou não, sobre as “Trajetórias de Cestas de Bens”.

Apresentação dos coletivos

Nossos dois coletivos de estudo distinguem-se pela sua organização e suas modalidades de governança, história, funcionamento ou ainda ambições em termos de construção e valorização da qualidade dos produtos nos territórios. Através de uma abordagem comparada desses dois casos bastante distintos, procuramos identificar elementos de regularidade na sua organização, apontando sua singularidade (De Verdalle; Vigour; Le Bianic, 2012).

O primeiro coletivo de estudo é a associação “*Vivre Bio en Roannais*” que está localizada em *Roannais*, uma área rural do departamento da *Loire*. Ao redor de *Roanne*, uma cidade de médio porte, cujo setor industrial encontra-se em renovação, o território tem um forte carácter rural onde predomina a criação bovina, especialmente com a presença da *AOP Boeuf de Charolles* (Denominação de Origem Protegida Carne Bovina de Charolles) e uma parte da área da denominação do queijo *Charolais* (queijo de cabra de leite cru). A *AOP* dos vinhos de *Côtes Roannaises* também é significativa na imagem territorial, sendo que mais de um terço dos viticultores são hoje certificados como orgânicos. Ao contrário de diversos territórios estudados a partir do enfoque da Cesta de Bens,

⁶ A “*frise chrono-systémique*” é um procedimento metodológico que permite analisar dados de forma sintética a partir da visualização da dinâmica de mudança e reconstrução das trajetórias de um território, representando conjuntos de escalas temporais e espaciais e estabelecendo relações entre elementos (por exemplo, momentos de ruptura, bifurcação, etc.). Para estudar uma Cesta de Bens, esse procedimento pode ajudar a visualizar as relações entre produtos, cadeias produtivas e território e as trajetórias dessas relações ao longo do tempo. Trata-se de uma ferramenta analítica para a pesquisa e instrumento colaborativo e interativo com os atores do território. De forma complementar, o mapeamento de atores auxilia a identificar as relações entre os diferentes atores de um projeto. Já a análise do metabolismo territorial possibilita compreender as interações entre um território e seu ambiente natural, em nosso caso, ajudando a identificar e avaliar os recursos dos diferentes sistemas alimentares do território.

o *Roannais* é pouco turístico e a procura de produtos, sejam eles de qualidade certificada ou não, decorre da população local ou próxima. As trocas e ações empreendidas há vários anos entre produtores, consumidores e atores locais evidenciam a busca por um novo modo de produção e consumo baseado na renovação das relações entre atores e a busca por uma qualidade alimentar mais respeitosa dos seres vivos. Essa abordagem está ligada à conscientização sobre os riscos sanitários, climáticos e ambientais associados ao modelo produtivista. Para promover uma agricultura orgânica e camponesa, *Vivre Bio en Roannais* reúne, desde 2012, mais de uma centena de membros (produtores orgânicos e consumidores) e busca fortalecer, ao mesmo tempo, a construção e a acessibilidade à qualidade alimentar no território. Em dez anos, o número de produtores orgânicos aumentou de 40 para 170 dos cerca de 1.500 produtores do *Roannais*, e o número de horticultores de quatro para 32, dentre os quais 30 são orgânicos. Para isso, como veremos, inter-relações estreitas entre produtos, atores e atividades foram implementadas numa lógica implícita de especificação e de Cesta de Bens que permanece, ainda assim, a ser consolidada.

O segundo coletivo de estudo é a *Association des Fromages Traditionnels des Alpes Savoyardes*. Fundada em 1997, federa as Organizações Interprofissionais de Defesa Gestão (ODG) dos oito queijos de *Savoie* com selo de qualidade, mas com problemáticas muito diferentes: AOP *Abondance*, *Beaufort*, *Chevrotin*, *Reblochon* e *Tome des Bauges*; e IGP *Emmental*, *Raclette* e *Tomme de Savoie*⁷. A associação acompanha as cadeias produtivas simultaneamente em ações de melhoria da qualidade, dos trabalhos técnicos ou da comunicação. Essas denominações leiteiras representam um sólido sucesso econômico há várias décadas (Frayssignes, 2005), ligado tanto à política nacional de rotulagem, como também às políticas públicas que permitiram a manutenção de um denso tecido leiteiro. A mobilização de recursos específicos e as estratégias de gestão criadas para gerir as quotas e as cadeias produtivas permitem obter preços do leite muito superiores aos preços dos mercados (Chatellier; Delattre; Rat-Aspert, 2006), assim como se beneficiar de uma renda de qualidade territorial elevada, em particular para o *Reblochon* e o *Beaufort*. No entanto, essas denominações também apresentam sinais de enfraquecimento nos últimos quinze anos (Forray, 2010) e a AFTALP se questiona atualmente sobre o posicionamento estratégico das cadeias produtivas leiteiras em um contexto de liberalização dos mercados e ascensão de multinacionais que mobilizam as tradições a serviço de abordagens simples de *marketing* (Richez-Lerouge, 2017). Além disso, o processo de especificação é confrontado com tensões em três níveis: na sua organização (dentro e entre as diferentes cadeias produtivas, com modelos de unidades agropecuárias e visões da qualidade por

⁷ No quadro da política de qualidade da União Europeia, a AOP (*Appellation d'Origine Protégée*) protege qualidades específicas ligadas a um *terroir* (tipicidade, saber-fazer, etc.), enquanto a IGP (*Indication Géographique Protégée*), mais flexível, é construída em torno de uma zona de produção, elaboração ou processamento, e protege um produto ligado a um território. Para ser reconhecido como AOP, os produtos franceses devem primeiro ser reconhecidos como uma AOC (*Appellation d'Origine Controlée*) em nível nacional.

vezes contraditórios); na sua construção territorial em articulação com as outras atividades econômicas presentes (especialmente o turismo); e em um contexto mais global de mudanças climáticas e socioeconômicas. Apesar disso, a AFTALP continua mais voltada para uma lógica setorial do que para uma lógica territorial, mesmo que existam iniciativas em certos territórios para fortalecer os vínculos entre produtos e serviços, por exemplo no *Pays de Thônes* ou em *Bauges* (Vaudaine; Sainte Marie; Delfosse, 2006). Além disso, a passagem de um modelo de “cesta quebracabeças” para uma “cesta pura” (Hirczak *et al.*, 2008)⁸ ainda está longe de ser evidente, da mesma forma que a renovação das especificidades das queijarias por meio de dinâmicas coletivas torna-se necessária.

NOVOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA QUALIDADE E DA CESTA

Nos dois casos, a influência da inteligência coletiva na construção e na perenização da Cesta de Bens se dá em três níveis: na redefinição da qualidade territorial, na renovação das relações com os seres vivos e nas capacidades para atuar nos territórios.

Em direção a uma redefinição da qualidade e da renda

Um primeiro elemento de redefinição da Cesta de Bens está ligado à definição da qualidade territorial, que segue duas trajetórias distintas nos coletivos estudados: em *Roannais*, a qualidade segue uma trajetória de especificação a partir de um trabalho coletivo mais amplo, enquanto que no caso das AOP/IGP de *Savoie* a qualidade historicamente construída está sob tensão com risco de banalização.

Como mencionado anteriormente, o coletivo de *Roannais* apoia-se em uma abordagem de qualidade alimentar em sentido amplo para o território. O território não possui Cesta de Bens propriamente dita, mas está batalhando amplamente junto a mecanismos diversos e complexos que favorecem a emergência de uma qualidade territorializada, em particular, por meio dos produtos orgânicos e dos circuitos curtos locais. É nesse contexto que a organização *Vivre Bio en Roannais* se questionou (a partir de animações, *ateliers* coletivos e outras modalidades de formações) sobre o que era a qualidade alimentar no território, a qual foi definida como sendo o resultado de “um mundo camponês que preserva o seu ambiente, os seus recursos. Produtores que (re)tomam o gosto por sua profissão e têm prazer em partilhar a sua paixão. Consumidores que apreciam bons produtos enquanto cuidam de sua saúde. Um território vivo e dinamizado, o bem-estar como ambição...” (*Vivre Bio en Roannais*, 2021, n. p.).

⁸ Nota da Revisão Técnica (NRT): estas duas modalidades de Cesta de Bens também podem ser traduzidas, respectivamente, por “Cesta com iniciativas justapostas” e “Cesta propriamente dita”. Essa última representa o tipo ideal de Cesta de Bens, que serve de referência para a análise das demais formas a partir de pesquisa de campo.

No entanto, essa abordagem deve ser consolidada, ao mesmo tempo, em termos de formalização dos progressos coletivos (como “inscrever” a qualidade, integrando-a nas práticas de produção, transformação e comercialização) e de ampliação para um número maior de atores e de habitantes do território. Essas etapas são essenciais para alcançar a uma verdadeira “democracia alimentar” e passar de uma lógica comercial de consumidores relativamente passivos, para uma lógica política, que torna os *food citizens* em agentes da mudança (Renting; Schermer; Rossi, 2012; Booth Coveney, 2015). Também, para tornar a alimentação um bem comum territorial mais acessível, novos participantes (estudantes, chefs de restaurantes premiados, associações ambientalistas, coletivos comunitários, centros sociais, etc.) se coordenam para determinar uma oferta de qualidade não centrada numa lógica de mercado voltada para uma demanda turística, mas criando novas solidariedades no e para o território.

Por sua vez, a AFTALP está na situação oposta, tendo como desafio renovar a dinâmica coletiva em torno das especificidades. Além dos elementos mencionados anteriormente, os comportamentos individualistas no uso das denominações e uma perda de sentido no interesse da organização coletiva fragilizam a renda. Um número crescente de produtores se comporta como “passageiros clandestinos”, concebendo o caderno de normas enquanto uma restrição puramente administrativa, sem reconhecer a importância da dimensão coletiva e histórica de sua elaboração e da sua necessidade para perenizar a renda.

Paralelamente, responsáveis de coletivos, como cooperativas ou ODG, não se consideram mais legítimos para intervir junto a seus colegas que não respeitam o caderno de normas. Essa fragilização é um problema no que se refere à renovação das abordagens de qualidade e de especificação. Por um lado, essa individualização pode levar ao questionamento dos modos de produção (aumento da produção, expansão das unidades agropecuárias, evoluções tecnológicas tais como “robôs” de ordenha...). Por outro lado, em um momento em que as questões sobre as mudanças climáticas ou sobre a autonomia alimentar e as condições sociais de acesso à qualidade estão em alta, os coletivos não têm força suficiente para integrar essas questões de maneira autônoma. Essa heterogeneidade de representações e de práticas, que representa uma realidade dentro das denominações em geral (Marie-Vivien *et al.*, 2019), é visível em vários níveis: nos modos de produção, comercialização ou consumo de produtos; dentro dos territórios; entre as cadeias produtivas; e mesmo dentro de uma mesma unidade agropecuária. No entanto, para Gasselin *et al.*, (2021), essas variações nas relações entre os atores ou entre as diferentes escalas (espacial e temporal) geram uma “coexistência conflituosa” dos sistemas agrícolas e alimentares suscetível de fortalecer sua capacidade de mudança. As controvérsias de especificação, com os atritos e tensões subjacentes, podem levar à redefinição de uma qualidade territorial, mas ainda é necessário criar as condições para que esses debates ocorram.

Além disso, a questão da renda das cadeias produtivas leiteiras representa um freio para a implementação de outras atividades agrícolas no território. A *Savoie* é um território montanhoso fortemente identitário, cuja a economia está em grande parte ligada à indústria do turismo de montanha com estações de esportes de inverno. No entanto, em um cenário de pressão urbana, as rendas associadas ao turismo e às denominações de origem também bloqueiam o acesso às terras e à adoção de outras atividades agropecuárias (cereais, legumes, aves...), em que pese o fato dessa diversificação ser essencial para atender o consumo local.

Esses dois exemplos mostram que a inteligência coletiva pode renovar a construção da qualidade e da renda nos territórios. Mesmo que a renda continue sendo essencial para a manutenção das atividades agrícolas nos territórios rurais, ela não deve mais ser apenas econômica e única condição para a construção de uma Cesta de Bens. Ela deve ser mais de ordem social no que diz respeito às questões de democracia alimentar, para não promover simplesmente a capacidade de um pequeno grupo de atores em se beneficiar da disposição de um tipo de consumidor a pagar um valor mais elevado pelos produtos e serviços de qualidade.

Do meio ambiente como cenário a novas solidariedades com os seres vivos

Um segundo elemento de redefinição da Cesta de Bens está ligado à relação com os seres vivos. Na definição “original” da Cesta de Bens, as paisagens, os recursos naturais e culturais eram considerados como uma preciosidade para essas Cestas. Considerados como amenidades (Mollard; Vollet; 2015), os recursos foram definidos numa lógica de atratividade do território. No entanto, sob forte restrição ecológica, não se trata mais de considerar o meio ambiente como um dado externo a serviço da economia, mas sim de pensar as inter-relações entre humanos e não humanos dentro de um mesmo ambiente de vida.

Em relação à AFTALP, os produtos de qualidade estão submetidos a uma crescente pressão em termos de ecologização das práticas, que pode se basear em normas específicas estabelecidas pelos atores institucionais ou ser realizada de forma mais informal por uma pluralidade de atores que se referem a registros diversos (éticos, ambientais, ecologia militância...) (Ginelli *et al.*, 2020). Desde a década de 1990, essas pressões têm se refletido na introdução de fortes restrições nos cadernos de normas, tais como as raças locais, autonomia forrageira, proibição de organismos geneticamente modificados, obrigatoriedade de pastagens, etc. (Hirczak, 2007). Mas essas adaptações não se distanciam da dependência da trajetória das cadeias produtivas e da sua gestão tecnocientífica. Por exemplo, a proibição da ensilagem foi baseada no fato de que os fermentos butíricos podem interferir na fabricação de queijos de massa cozida. Essas recomendações foram historicamente vinculadas a uma ecologização implícita, sem identificá-la como tal.

Do lado do *Vivre Bio en Roannais*, a construção de qualidade também levanta questões relacionadas com a preservação dos recursos e as solidariedades sociais e ecológicas. O fato gerador foi uma solicitação do Estado para promover a agricultura orgânica no território. Para a associação, a opção do orgânico incorporou imediatamente uma escolha prévia de inter-relações solidárias entre humanos e não humanos, na qual produtores e consumidores buscam se situar e atuar com o ambiente. Para eles, trata-se de uma busca de aliança com o ambiente, em termos, por exemplo, da regeneração de solos considerados como ambiente vivo ou da busca de espécies aliadas para combater espécies predadoras. O ambiente é então percebido e vivido não como uma limitação, mas como um “parceiro” com quem se interage. Por exemplo, quatro anos após sua conversão em orgânico, um viticultor avaliou sua nova situação da seguinte forma: “Não tenho nem mais nem menos rendimento do que antes, mas agora eu falo novamente com as minhas vinhas”.

Em ambos os casos, a criação dessas novas solidariedades com os seres vivos exige pensar coletivamente sobre as escolhas e resultados. Para isso, a inteligência coletiva, ao hibridizar saberes experienciais e conceituais coproduzidos por uma diversidade de atores (agricultores, cidadãos, instituições, associações...), favorece sua instrução, debate, elucidação de escolhas e trajetórias possíveis. No entanto, essa relação com os seres vivos pode ser uma fonte de restrições se não for controlada pelos próprios atores. As notícias na França são repletas de eventos e ações onde grupos, instituições públicas ou privadas buscam impor suas visões, por exemplo, sobre o bem-estar animal ou sobre tendências alimentares. A inteligência coletiva potencializa a capacidade coletiva de se apropriar de abordagens que preconizam a solidariedade entre humanos e não-humanos, na medida em que alimenta o debate, as trocas de pontos de vista, a recuperação de saberes explícitos e implícitos, bem com o elo entre saber e ação.

Das coordenações entre atores à capacidade de atuar nos territórios

Um terceiro e último elemento que nos parece essencial atualmente para renovar a Cesta de Bens é a questão da capacidade de atuação nos territórios. Ainda que os atores públicos desempenhem um papel primordial, os imperativos de transição obrigam a repensar, ao mesmo tempo, a composição dos coletivos no território (quem decide sobre a Cesta, quem se beneficia da renda, quem coordena as ações) e seu lugar na governança territorial, entendida como um processo de coordenação de atores e uma construção social de territorialidade e apropriação de recursos (Leloup; Moyart; Pecqueur, 2005). Essa expansão para “novos participantes” também se faz necessária pela maior transversalidade e complexidade dos desafios.

No *Roannais*, a abordagem de inteligência coletiva permitiu ao *Vivre Bio en Roannais* recolocar em perspectiva suas ações e objetivos e se posicionar em novas estratégias dentro do território. O trabalho político propiciou que a organização fosse reconhecida como um ator legítimo

nos processos de governança e participasse na construção de uma narrativa territorial. A primeira fonte de legitimidade é de natureza moral, reconhecida tanto pelos habitantes quanto pelos atores públicos, que decorre da capacidade do coletivo de incorporar valores compartilhados sobre a qualidade alimentar. A segunda fonte de legitimidade é de natureza cognitiva, resultante de uma compreensão detalhada das características do território e de um reconhecimento dos seus saberes e saber-fazer em termos de alimentação de qualidade. A terceira fonte de legitimidade do coletivo é territorial. Sua ancoragem e as relações estreitas que foram tecidas ao longo de vários anos permitem-lhes, hoje, ter uma contribuição estratégica nos projetos do território ligados com as coletividades (ex. programa LEADER⁹). A exemplo de outros territórios, relações inéditas se estabelecem entre atores dos sistemas alimentares e podem levar a evoluções em matéria de governança alimentar.

No caso da AFTALP, a questão da governança se coloca em estreita inter-relação entre coletivo e território. Na esfera do coletivo, com o fim das quotas leiteiras (e, portanto, a retirada dos auxílios do Estado), a regulamentação por profissionais da cadeia produtiva permite regular as condições de produção e comercialização. No entanto, a organização e as regras coletivas são complexas e opacas para a maioria dos atores da cadeia produtiva, o que tende a ser uma lógica de clube (Sandler; Tschirhart, 1980), dado que apenas algumas pessoas dominam as regras. Essa problemática de governança se amplia pelo fato de que os órgãos de gestão e a AFTALP não podem gerir sozinhos a preservação dos recursos (água, terras, pastos...), o que pressupõe uma abertura às instituições e coletivos responsáveis por essas questões (municípios e, em particular, associações de município). Essa ampliação ainda insuficiente no momento atual é, entretanto, necessária pelo menos em dois pontos. Em primeiro lugar, o diálogo entre os atores torna-se essencial para fortalecer a territorialização das atividades, como agricultura e turismo, que, por vezes ainda, são bastante independentes nos territórios. Mesmo que as relações entre cadeias produtivas leiteiras e turísticas sejam antigas e duradouras, o fato é que esses dois setores de atividades devem fortalecer suas interações por conta da sua interdependência. O turismo precisa da cadeia produtiva leiteira tanto em termos de manutenção de espaços, de imagem, como de recursos para a diversificação das atividades de montanha (com agroturismo). A cadeia produtiva leiteira depende também do turismo, pois muitos agricultores também trabalham nesse setor, de forma complementar à sua atividade agrícola, e os turistas representam uma parcela importante dos consumidores de seus produtos. Em segundo lugar, o desafio das mudanças climáticas torna necessário uma ecologização e, assim, uma maior territorialização da qualidade. Os desafios ambientais (déficits hídricos, aumento das temperaturas etc.) fragilizam os sistemas de produção que, para se adaptarem, necessitam de margens de manobra

⁹ NRT: o programa Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural é uma iniciativa da União Europeia criada no início dos anos 1990, que tem por objetivo a promoção via financiamentos de ações de desenvolvimento territorial em regiões dos países membros que apresentam desvantagens socioeconômicas.

tanto no acesso à terra como na gestão dos recursos naturais. No entanto, esses recursos estão muito dependentes das escolhas das coletividades ou de atores privados, por exemplo, em termos de estratégias de ordenamento territorial, o que provoca um aumento dos conflitos de uso, especialmente em zona de montanha. Portanto, é essencial para a AFTALP abrir discussões com esses atores estratégicos.

Em ambos os estudos de caso, a questão da governança questiona a composição do coletivo e as modalidades de tomada de decisão. Para construir ou perenizar a Cesta de Bens, existe um desafio forte para integrar ainda mais no sistema de governança as condições de equilíbrio das forças e de desenvolver processos de decisão colaborativos. Isso deve permitir que os coletivos fortaleçam suas capacidades de influenciar as trajetórias alimentares dos territórios, articulando suas próprias regras de funcionamento e as realidades externas.

CONCLUSÃO

Diante das mudanças globais e das incertezas que as acompanham, a inteligência coletiva pode, portanto, constituir um processo chave na emergência, valorização ou mesmo na perenidade de Cestas de Bens nos territórios. Ao fortalecer as capacidades dos atores, ela expõe métodos de decisão e de ação que renovam a construção social da qualidade e que impulsionam novas relações entre os indivíduos, o ambiente e os recursos.

Construir uma Cesta de Bens a partir de uma abordagem de inteligência coletiva representa, portanto, uma oportunidade em vários aspectos. Essa Cesta pode ser uma concretização material, ao articular produtos e serviços ofertados. Torna, assim, inteligível aos olhos dos consumidores e atores do território não somente o resultado material da sua abordagem, mas também os valores e processos envolvidos na sua elaboração e que correspondem à qualidade procurada. Também pode desempenhar um papel federador ao demonstrar o resultado da abordagem coletiva.

No entanto, várias questões podem surgir, como a própria questão do coletivo, sua definição, seus limites e participantes. Como foi possível observar a campo, os coletivos são dinâmicos e as relações que ali se formam são bastante singulares. A capacidade de construir novas solidariedades entre qualidade e território não está, portanto, somente ligada ao estatuto social das pessoas implicadas (cidadãos, especialistas, técnicos, públicos...) ou à sua quantidade, mas ao detalhamento e à qualidade das relações que se estabelecem entre as partes envolvidas. Com isso, as dinâmicas relacionais, cognitivas e territoriais são alavancas sólidas para a necessária transformação dos sistemas alimentares em direção à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- AMICHI, H.; FRAYSSIGNES, J.; HENNINGER M.C.; BUCHS, A. Recomposition des collectifs agricoles pour des filières plus durables. *Développement durable et territoires*, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2021. <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.19064>.
- ANGEON, V.; VOLLET, D. Spécificité des produits et développement territorial. L'exemple paradoxal du panier de biens en émergence de l'Aubrac. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, v. 4, p. 591-615, 2008.
- BANOS, V.; GASSIAT, A.; GIRARD, S.; HAUTDIDIER, B.; HOUDART, M.; FLOCH, S. L.; VERNIER, F. L'écologisation, mise à l'épreuve ou nouveau registre de légitimation de l'ordre territorial? Une lecture à partir des particularités du débat conceptuel en France. *Développement durable & territoires*, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2020. <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.16481>
- BÉRARD, L.; MARCHENAY, P. Localized products in France: definition, protection and value-adding. *Anthropology of food*, s.2, 2007. <https://doi.org/10.4000/aof.415>.
- BÉRARD, L.; HIRCZAK, M.; MARCHENAY, P.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. Complexité patrimoniale et territoire : le panier de biens en Bresse. *Economies et Sociétés*, n.28, 2006.
- BERGERET, A.; GEORGE-MARCELPOIL; E.; DELANNOY, J.; PIAZZA-MOREL, D. L'outil-frise, dispositif d'étude interdisciplinaire du changement territorial. *Espace-Temps*, p. 1-22, 2015.
- BOURG, D.; WHITESIDE, K. *Vers une démocratie écologique. Le citoyen, le savant et le politique*. Seuil, 2010. <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.8997>
- BOOTH, S.; COVENEY, J. *Food Democracy: From Consumer to Food Citizen*. Springer Singapour, 2015.
- BUCLET, N. *Territorial Ecology and Socio-ecological Transition*. John Wiley & Sons, 2021. DOI: 10.1002/9781119821373.
- CAMAGNI, R.; MAILLAT, D.; MATTEACCIOLI, A. *Ressources naturelles et culturelles, milieux et développement local*. Edes, 2004. Doi : <https://doi.org/10.4000/mediterranee.123>
- CHATELLIER, V.; DELATTRE, F.; RAT-ASPERT, O. *Le prix du lait en Savoie et les filières fromagères AOC*. Contrat, 2006. Disponible en : <https://hal.inrae.fr/hal-02822243>.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Révélation des ressources spécifiques territoriales et inégalités de développement. *Revue d'Economie Regionale Urbaine*, n. 5-6, p. 993-1011, 2018. <https://doi.org/10.3917/reru.185.0993>
- COLLETIS G.; PECQUEUR. B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. *Economie & Institutions*, n. 6-7, p. 51-74, 2005. <https://doi.org/10.4000/ei.900>
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDENBURG, A.; ALENCAR, M. C. F.; ABREU, L. S. Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 1-22, 2016. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>
- DE VERDALLE, L.; VIGOUR, C.; LE BIANIC, T. S'inscrire dans une démarche comparative. *Terrains travaux*, v. 2, n. 21, p. 5-21, 2012. <https://doi.org/10.3917/tt.021.0005>
- DEVERRE, C.; LAMINE, C. Les systèmes agroalimentaires alternatifs. Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. *Économie rurale*, n. 317, p. 57-73, 2010. <http://dx.doi.org/10.4000/economierurale.2676>
- ESCOBAR, A. *Sentir-penser avec la Terre. L'écologie au-delà de l'Occident*. Paris: Seuil, 2018.
- ESPARCIA, J. Innovation and networks in rural areas. An analysis from European innovative projects. *Journal of rural studies*, n. 34, p. 1-14, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2013.12.004>
- FORRAY, L. *Performances économiques, sociales et environnementales des filières fromagères AOC*. Synthèse bibliographique. CNAOL, 2010. Disponible en :

<https://www.rmtfromagesdeterroirs.com/wp-content/uploads/2020/12/AOC-et-durabilite-synthese-LF-01.07.10.pdf>

FOURNIER, S.; MUCHNIK, J. El enfoque SIAL y la activación de recursos territoriales. *Agroalimentaria*, v. 18, n. 34, p. 133-144, 2012.

FRANÇOIS, H.; HIRCZAK, M.; SENIL, N. De la ressource à la trajectoire: quelles stratégies de développement territorial?. *Géographie, économie, société*, v. 15, n. 3, p. 267-284, 2013.

FRAYSSIGNES, J. *Les AOC dans le développement territorial, une analyse en termes d'ancrage appliquée aux cas français des filières fromagères*. Toulouse, 2005, 469f. Thèse (Doctorat en Etudes Rurales) - Institut National Polytechnique de Toulouse, Université Toulouse 2, 2005.

FREJ, S.; DOYON, M.; GRANJON, D.; BRYANT, C. La construction sociale des localités par des acteurs locaux: conceptualisation et bases théoriques des outils de développement socio-économique. *Revue Interventions économiques*, n. 30, p. 1-14, 2003. <https://dx.doi.org/10.4000/interventionseconomiques.2276>

GASSELIN, P.; LARDON, S.; CERDAN, C.; LOUDIYI, S.; SAUTIER, D. *Coexistence et confrontation des modèles agricoles et alimentaires: Un nouveau paradigme du développement territorial?*. Versailles: Quae, 2021.

GINELLI, L.; CANDAU, J.; GIRARD, S.; HOUDART, M.; DELDRÈVE, V.; NOÛS, C., Écologisation des pratiques et territorialisation des activités: une introduction. *Développement durable et territoires*, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2020. <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.17272>

GLON, E.; PECQUEUR, B. *Au cœur des territoires créatifs. Proximités et ressources territoriales*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.

GOODMAN, D. The quality turn and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of rural studies*, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003. [https://doi.org/10.1016/S0743-0167\(02\)00043-8](https://doi.org/10.1016/S0743-0167(02)00043-8)

GRIN, J.; ROTMANS, J.; SCHOT, J.; GEELS, F. W.; LOORBACH, D. *Transitions to Sustainable Development*. New York: Routledge, 2010.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. From the Basket of Goods to a More General Model of Territorialized Complex Goods: Concepts, Analysis Grid and Questions. *Canadian Journal of Regional Science*, v. 31, n. 2, p. 241-260, 2008.

HIRCZAK, M. *La co-construction de la qualité agroalimentaire et environnementale dans les stratégies de développement territorial. Une analyse à partir des produits de la région Rhône-Alpes*. Grenoble, 2007, 256f. Thèse (Doctorat en Géographie) - Institut de Géographie Alpine, Université Joseph Fourier - Grenoble I, 2007.

HOULLIER, F.; MERILHOU-GOUDARD, J. B. *Les sciences participatives en France: Etats des lieux, bonnes pratiques et recommandations*. 2016. Doi : [10.15454/1.4606201248693647E12](https://doi.org/10.15454/1.4606201248693647E12).

JANIN, C.; PEYRACHE-GADEAU, V.; LANDEL, P.-A.; PERRON, L.; LAPOSTOLLE, D.; PECQUEUR, B. L'approche par les ressources: pour une vision renouvelée des rapports entre économie et territoire. In TORRE, A.; VOLLET, D. (Éds.). *Partenariats pour le développement territorial*. Versailles: Quae, 2015, p. 149-163.

JANIN, C. ; LANDEL, P.A. (Dir.). *Intelligence collective. Penser, décider, agir ensemble sur les territoires*. Lyon: Chronique Sociale, 2021.

KLEIN, J. L. Introduction. Territorial development and social innovation. *Canadian journal of regional science*, v. 32, n. 3, p. 3-12, 2009.

- LAPOSTOLLE, D.; CHALLÉAT, S. Making darkness a place-based resource: how the fight against light pollution reconfigures rural areas in France. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 111, n. 1, p. 196-215, 2021. <https://doi.org/10.1080/24694452.2020.1747972>
- LATOUR, B. *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEACH, M.; RAWORTH, K.; ROCKSTRÖM, J. *Between social and planetary boundaries: Navigating pathways in the safe and just space for humanity*, p. 84-89, 2013. <https://doi.org/10.1787/9789264203419-10-en>
- LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale?. *Géographie, économie, société*, v.7, 4, p. 321-332, 2005. DOI : [10.3166/ges.7.321-331](https://doi.org/10.3166/ges.7.321-331)
- LÉVY, P. *L'intelligence collective. Pour une anthropologie du cyberspace*. Paris: La Découverte, 1994.
- MARKARD, J.; RAVEN, R.; TRUFFER, B. Sustainability transitions: An emerging field of research and its prospects. *Research policy*, v. 41, n. 6, p. 955-967, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2012.02.013>
- MATHEVET, R.; THOMPSON, J.; BONNIN. La solidarité écologique: prémices d'une pensée écologique pour le XXIème siècle?. *Ecologie politique*, v. 1, n. 44, p. 127-138, 2012. <https://doi.org/10.3917/ecopo.044.0127>
- MARIE-VIVIEN, D.; CARIMENTRAND, A.; FOURNIER, S.; CERDAN, C.; SAUTIER, D. Controversies around geographical indications: Are democracy and representativeness the solution?. *British Food Journal*, v.121, n. 12, p. 2995-3010, 2019. <https://doi.org/10.1108/BFJ-04-2019-0242>
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie rurale*, v. 1, n. 263, p. 16-34, 2001.
- MOLLARD, A., VOLLET, D. What contribution do environmental amenities make to territorial development. *Tourism, recreation and regional development: Perspectives from France and abroad*. Ashgate, p. 189-209, 2015.
- PECQUEUR, B.; VIEIRA, P. F. Territorial Resources and Sustainability: Analyzing Development in a "Post-Fordist" Scenario. In: SACHS, I.; MANCEBO, F. *Transitions to sustainability*, Springer, Dordrecht, 2015. p. 141-157.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie rurale*, v. 1, n. 261, p. 37-49, 2001.
- PENALVA, J. M.; MONTMAIN, J. Typologie du travail collaboratif: variations autour des collectifs en action. In: *Journées Intelligence collective: partage et redistribution des savoirs*. Nîmes, France, 2004.
- RALLET, A.; TORRE, A. Proximité et localisation. *Économie rurale*, v.1, n. 280, p. 25-41, 2004.
- RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring civic food networks and newly emerging forms of food citizenship. *International Journal of sociology of agrizulture and food*, v. 19, n. 3, p. 289-307, 2012. <https://doi.org/10.48416/ijisaf.v19i3.206>
- RICHEZ-LEROUGE, V. *Main basse sur les fromages AOP. Comment les multinationales contrôlent nos appellations*. Paris: Erick Bonnier, 2017.
- SANDLER, T.; TSCHIRHART, J. T. The economic theory of clubs: An evaluative survey. *Journal of economic literature*, v. 18, n. 4, p. 1481-1521, 1980.

TREGEAR, A.; ARFINI, F.; BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A. Regional foods and rural development: The role of product qualification. *Journal of Rural studies*, v. 23, n. 1, p. 12-22, 2007. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2006.09.010>

VANDECANDELAERE, E.; TEYSSIER, C.; BARJOLLE, D.; FOURNIER, S.; BEUCHERIE, O.; JEANNEAUX, P. Strengthening sustainable food systems through geographical indications: evidence from 9 worldwide case studies. *Journal of Sustainability Research*, v. 4, n. 3, p. 1-37, 2020. <https://doi.org/10.20900/jsr20200031>

VAUDAINE, T.; DE SAINTE MARIE, C.; DELFOSSE, C. *L'économie laitière du Massif des Bauges entre logique de marché et ancrage territorial*. Rapport Technique, 2006.

VIVIEN F.; LEPART, J.; MARTY, P. *L'évaluation de la durabilité*. Versailles: Quæ, 2013. DOI : [10.3917/quae.vivie.2013.01](https://doi.org/10.3917/quae.vivie.2013.01)

VIVRE BIO EN ROANNAIS. *Le changement par le menu. La qualité alimentaire, notre bien commun*. Edition Chirat, 2021.